

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Saúde do Brasil Holding S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Saúde do Brasil Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	11



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Diretores da
Saúde do Brasil Holding S.A.
São Paulo (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saúde do Brasil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,



**Shape the future
with confidence**

independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à



**Shape the future
with confidence**

capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SC000048/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fabiano Agostini', is written over the printed name and title.

Fabiano Agostini
Contador CRC-SC-029999/O

Saúde do Brasil Holding S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	5	2	12.657	18.917
Contas a receber	4	-	-	51.212	51.666
Estoques	5	-	-	6.506	5.611
Impostos a recuperar	6	48	48	10.408	6.384
Partes relacionadas	9	197	197	505	325
Adiantamentos fornecedores		-	-	685	638
Outros ativos		116	116	486	3.114
Total do ativo circulante		366	363	82.459	86.655
Não circulante					
Impostos diferidos	7	-	1.290	5.190	9.146
Instrumentos financeiros derivativo		-	-	-	14.031
Garantia de reembolso de contingência	8	-	-	4.835	5.094
Partes relacionadas	9	1.357	8.011	123.909	127.546
Outros créditos		-	-	8	8
Investimentos	10	85.376	116.165	-	-
Imobilizado	11	-	338	25.512	26.065
Intangível	12	1.140	1.234	85.411	86.161
Ativo de direito de uso	13	-	-	13.795	14.529
Total do ativo não circulante		87.873	127.038	258.660	282.580
Total do ativo		88.239	127.401	341.119	369.235

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	12	1	25.865	24.089
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	83.510	55.707
Arrendamento mercantil	13	-	-	7.806	6.531
Obrigações sociais e trabalhistas	16	1	1	5.135	4.203
Partes relacionadas	9	2	2	25.106	14.436
Obrigações tributárias	17	233	328	7.549	5.350
Dividendos a pagar		-	-	75	75
Outros passivos		-	-	173	78
Total do passivo circulante		248	332	155.219	110.469
Não circulante					
Fornecedores	14	-	-	1.225	1.670
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	53.779	111.376
Arrendamento mercantil	13	-	-	9.206	12.149
Instrumento financeiro derivativos	25.c	-	-	6.476	-
Obrigações tributárias	17	27	-	10.791	946
Partes relacionadas	9	24.092	34.411	34.360	34.861
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	-	-	3.709	4.844
Impostos diferidos	7	-	-	1.950	-
Outros passivos		-	-	8	8
Total do passivo não circulante		24.119	34.411	121.504	165.854
Patrimônio líquido					
Capital social e AFAC	19	80.751	80.751	80.751	80.751
Transação de capital		10.699	13.370	10.699	13.370
Reserva legal		-	657	-	657
Prejuízos Acumulados		(27.578)	(2.120)	(27.578)	(2.120)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		63.872	92.658	63.872	92.658
Participação de acionistas não controladores		-	-	524	254
Total do patrimônio líquido		63.872	92.658	64.396	92.912
Total do passivo e do patrimônio líquido		88.239	127.401	341.119	369.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	20	-	-	215.718	202.959
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(142.184)	(141.840)
Lucro bruto		-	-	73.534	61.119
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(516)	(815)	(50.920)	(44.457)
Despesas com vendas	21	-	-	(2.280)	(392)
Equivalência patrimonial	10	(24.218)	2.753	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	22	-	376	120	1.558
		(24.734)	2.314	(53.080)	(43.291)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		(24.734)	2.314	20.454	17.828
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	-	-	1.447	1.239
Despesas financeiras	23	(91)	6.995	(28.912)	(11.050)
Variações cambiais e monetárias	23	-	-	(12.577)	(2.237)
		(91)	6.995	(40.042)	(12.048)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(24.825)	9.309	(19.588)	5.780
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	-	-	(351)	(5.360)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24	(1.290)	1.290	(5.906)	10.356
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(26.115)	10.599	(25.845)	10.776
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				(26.115)	10.599
Acionistas não controladores				270	177
Lucro (Prejuízo) por ação - R\$	19.b			(0,009716)	0,03943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	(26.115)	10.599	(25.845)	10.776
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(26.115)	10.599	(25.845)	10.776
Atribuível aos:				
Acionistas controladores			(26.115)	10.599
Acionistas não controladores			270	177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transações de capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível à acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	55.751	-	14.235	657	(13.200)	57.443	32	57.475
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	25.000	-	-	-	25.000	-	25.000
Transação entre sócios	-	-	(865)	-	-	(865)	45	(820)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.599	10.599	177	10.776
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	481	481	-	481
Saldos em 31 de dezembro de 2024	55.751	25.000	13.370	657	(2.120)	92.658	254	92.912
Transação entre sócios	-	-	(2.671)	-	-	(2.671)	-	(2.671)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(26.115)	(26.115)	270	(25.845)
Absorção de reservas	-	-	-	(657)	657	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	55.751	25.000	10.699	-	(27.578)	63.872	524	64.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(26.115)	10.599	(25.845)	10.776
Ajustes para reconciliar lucro do exercício com o caixa (aplicado nas)				
Gerado pelas atividades operacionais:				
Constituição de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, líquida da baixa	-	-	10.167	(11.698)
Depreciação e amortização	432	441	11.777	12.740
Juros e variações monetárias, líquidas	-	(1.358)	12.444	26.896
Provisão (reversão) para demandas judiciais e administrativas	-	-	802	(356)
Baixa de ativo permanente	-	-	2	2
Ganho com derivativo	-	-	20.507	(9.327)
Resultado de equivalência patrimonial	24.218	(2.753)	-	-
Variação de impostos diferidos	1.290	(1.290)	5.906	(10.356)
(Aumento) diminuição nos ativos:				
Contas a receber	-	-	(9.713)	3.996
Estoques	-	-	(895)	(316)
Impostos a recuperar	-	-	(4.024)	(660)
Outros ativos	-	-	2.581	(954)
Partes relacionadas – Notas de débitos	-	-	(180)	-
Aumento (diminuição) nos passivos:				
Fornecedores	11	1	107	(326)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	932	(489)
Obrigações tributárias	(67)	(6.526)	13.244	(3.348)
Outros passivos	-	(914)	(4.169)	(1.550)
Partes relacionadas – Notas de débitos	-	-	10.670	-
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	-	(21.179)	(12.042)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.200)	(3.806)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(232)	(1.800)	21.934	(818)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(4.367)	(1.823)
Pagamento de parcela por aquisição de controlada	-	-	-	(1.469)
Integralização de capital em controlada	-	6.652	-	-
Transações de capital	-	-	-	(820)
Partes relacionadas	-	(30.269)	-	(152.520)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	(23.617)	(4.367)	(156.632)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	25.000	-	25.000
Partes relacionadas	(3.665)	-	3.136	-
Captação de empréstimos	-	-	83.489	159.002
Pagamento de arrendamento mercantil	-	-	(7.067)	(5.651)
Amortização de empréstimo	-	-	(103.324)	(8.803)
Recebimento de dividendos	3.900	365	-	365
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	235	25.365	(23.766)	169.913
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	3	(52)	(6.260)	12.463
Caixa e equivalentes no início do exercício	2	54	18.917	6.454
Caixa e equivalentes no final do exercício	5	2	12.657	18.917
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	3	(52)	(6.260)	12.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Saúde do Brasil Holding S.A. (“Saúde do Brasil”, “Companhia” ou “Controladora” e, quando em conjunto com as suas controladas, “Grupo”) está sediada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e foi constituída em 25 de maio de 2015, sob o CNPJ/MF 22.932.773/0001-49. A Companhia não possui ações negociadas em bolsa de valores.

A Companhia faz parte do grupo H+ Brasil, grupo formado por um conglomerado de empresas que operam nacionalmente com foco na área da saúde, possuindo clínicas e hospitais oftalmológicos.

Medidas de equacionamento econômico e financeiro

A Companhia acompanha indicadores de alavancagem e busca manter a relação Dívida Líquida/EBITDA em patamar inferior a 2,75x, como referência interna para suportar a disciplina financeira e a sustentabilidade da estrutura de capital.

Adicionalmente, o Controlador da Companhia, FIP V, sob gestão do Pátria Investimentos, tem atuado diretamente e suportado à Companhia em sua estratégia de refinanciamento do endividamento e apresentou *Comfort Letter* indicando que fornecerá respaldo financeiro caso necessário para suportar os compromissos de curto prazo.

A Diretoria da Empresa e de suas controladas examinou o conjunto completo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, e aprovaram sua emissão e divulgação em 31 de março de 2026.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais -- Continuação

1.1. Reforma Tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. Enquanto isso, as entidades devem monitorar os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras e divulgar nas notas explicativas as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

2. Políticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, toda a elaboração está em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("Internationale Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.1. Base de elaboração -- Continuação

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com normas e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 – Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

Alguns valores de exercícios correspondentes foram reclassificados entre rubricas para melhor representação e comparabilidade em relação aos saldos de 31 de dezembro 2025, considerou-se que os valores são irrelevantes para fins de reapresentação.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.1. Base de elaboração -- Continuação

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 – são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 – são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 – são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controlada e consolidadas. Para as negociações que possuem a moeda em dólar ou variáveis, todas são convertidas para reais, pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente, por meio de sua controlada indireta. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem o poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas -- Continuação

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.3.1. Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas -- Continuação

2.3.1. Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes -- Continuação

Companhia	Controlada direta	Local da operação	Participação (%)			
			31/12/2025		31/12/2024	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
<u>Operacionais</u>						
<u>Grupo Saúde do Brasil</u>						
Instituto de Olhos Ltda. ("IOF")	Saúde do Brasil	Salvador/BA	99,99	-	99,99	-
Clínica Oftalmológica de Villas Ltda. ("IOV")	Saúde do Brasil	Lauro de Freitas/BA	64,00	-	64,00	-
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda. ("Dayhorc")	Saúde do Brasil	Salvador/BA	99,99	-	99,99	-
Clinica de Oftalmodiagnostico Ltda "Oftalmodiagnose"	Saúde do Brasil	Salvador/BA	44,00	-	44,00	-
<u>Grupo IOF</u>						
Hospital de Olhos Santa Luzia S/S Ltda. ("HOSL")	IOF	Maceió/AL	-	99,99	-	99,99
Oftalmoclin Hospital de Olhos Ltda. ("Oftalmoclin")	IOF	Salvador/BA	-	99,99	-	99,99
Clinica de Oftalmodiagnostico Ltda "Oftalmodiagnose"	IOF	Salvador/BA	-	55,99	-	55,99

2.4. **Ágio**

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia.

2.6. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando considerados necessários pela Administração.

2.7. Imobilizado

Máquinas e Equipamentos, Instalações em Benfeitorias, Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Veículos, e outros bens variáveis estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.8. Ativos intangíveis

2.8.1. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da;

(i) contraprestação transferida ou custo de aquisição;

(ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e

(iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas conforme abaixo:

- Marca - as marcas com vida útil definida possuem prazo determinado em laudo, com amortização que varia de 5 (cinco) anos até 43 (quarenta e três) anos a partir da data da aquisição;
- Acordo de não competição - possuem prazo e amortização de 5 anos a partir da data de desligamento do acionista.

2.8.2. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10. Passivos contingentes adquiridos em combinação de negócios

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IFRS 15 (CPC 47).

2.11. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.11. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis -- Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

No fim de cada exercício, o grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

2.12. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros.

Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo custo amortizado e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.12. instrumentos financeiros -- Continuação

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros da Companhia são: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, os quais foram classificados como "Custo amortizado".

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício.

2.13. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos de *swaps* de taxa de juros para proteger-se contra risco de variação cambial.

As operações de derivativos contraídas com objetivo único e exclusivo de instrumento de *hedge* das operações financeiras em dólar, e que sinteticamente convertem operações em moeda estrangeira em uma operação em moeda funcional da Companhia, são registrados no passivo pelo resultado líquido de ambos os instrumentos.

Tais operações citadas tem valores, fluxo e condições vinculadas, e são liquidadas concomitantemente, no entanto são controladas separadamente no balanço patrimonial por serem instrumentos financeiros separados.

2.14. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Constituída para as causas cujas probabilidades de desembolso de caixa são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia e de suas controladas, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas que os questionem.

Para os casos de processos relacionados a antiga administração, o reconhecimento já se parte para todas as causas com probabilidade de risco possível. Para estes casos, não havendo impacto no resultado da Companhia.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.15. Reconhecimento da receita

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço patrimonial. A receita não é reconhecida se houver incertezas quanto à sua realização. No final de cada período de relatório, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Receita a faturar”, que está incluída no saldo da rubrica “Contas a receber”.

A receita é reconhecida quando o seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, é provável e que benefícios econômicos futuros serão transferidos para Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

Os contratos celebrados entre a Companhia e suas controladas e os respectivos clientes têm substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e têm direitos para cada uma das partes, bem como as condições de pagamento identificadas.

A receita é reconhecida em um momento por um valor que reflete a contraprestação que uma entidade espera ter direito em troca dos serviços prestados a um cliente, líquida de impostos relacionados e contraprestações variáveis, como descontos comerciais estimados e glosas.

A obrigação de desempenho nestes contratos refere-se à realização das consultas, cirurgias e outros serviços correlatos.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.16. Tributação

Impostos correntes – a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício para as empresas do lucro real e da receita operacional bruta para as empresas do lucro presumido. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O regime de tributação adotado pela Companhia e pelas controladas é pelo lucro real e lucro presumido. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. As controladas da Companhia que optaram pela tributação com base no lucro presumido apuram com alíquota de presunção de 8% e 32% para o IRPJ e de 12% para a CSLL.

Impostos diferidos – a provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo prejuízos fiscais, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.17. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.17. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas -- Continuação

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (a) Redução ao valor recuperável do ágio: para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Quando os fluxos de caixa futuros são inferiores ao esperado, pode ocorrer uma perda material por redução ao valor recuperável, ver Nota Explicativa nº 12.
- (b) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens dos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas julgadas adequadas para refletir as suas vidas úteis, ver Nota Explicativa nº 11.
- (c) Perdas esperadas com recursos de glosas: o saldo de contas a receber inclui valores de atendimentos que apresentaram recusa de pagamento pelos convênios e que estão em fase de revisão das informações suportes dos atendimentos. A Companhia calcula a perda estimada das glosas com base na aplicação de um índice interno que mensura o desempenho das operações. O índice é medido pela diferença entre as glosas lançadas no período versus as glosas recebidas em relação a produção de convênios apurada nos últimos 12 meses.
- (d) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa: as contas a receber incluem os recebíveis das administradoras de cartões de crédito, dos convênios e dos clientes finais. A companhia estima as perdas esperadas para crédito considerando a idade (aging) dos seus títulos a receber e valores referente a atendimentos efetuados que estão pendentes para serem faturados, ou seja, valores que não possuem títulos emitidos. Referidas estimativas são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras esperadas no recebimento de clientes conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.17. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas -- Continuação

- (e) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, ver Nota Explicativa nº 18.
- (f) Avaliação dos instrumentos financeiros: a Nota Explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- (g) Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios: um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita.
- (h) Garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório: Os reembolsos esperados por outras partes necessários para liquidar uma provisão é reconhecido somente quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. O reembolso é tratado como um ativo separado e não ultrapassa o valor da provisão.
- (i) Provisão de honorários sobre serviços médicos: A Provisão de honorários médicos consiste em mensurar o valor monetário dos serviços médicos, que representa a maior parte do custo do serviço prestado. A Companhia possui regras de repasse que são calculadas sobre o valor dos procedimentos e medicamentos. A Companhia utiliza os seguintes critérios de cálculo:
 - Provisão referente honorários médicos pagos por recebimento: cálculo global do índice de percentual de pagamento de honorário médico sobre o total de recebimento histórico aplicado sobre o total líquido de contas a receber.
 - Provisão referente honorários médicos pagos por produção: cálculo de provisão considerando a aplicação das regras de repasse estabelecidas em contrato sobre os relatórios de produção do período.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.18. Resultado por ação básico

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 e IAS 33.

2.19. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis -- Continuação

2.19. Arrendamento -- Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.20. Demonstrações de fluxo de caixa

As demonstrações de fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o IAS 7/CPC 03 (R2).

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis -- Continuação

2.21. Ações preferenciais conversíveis

Ações preferenciais conversíveis são segregadas em componentes do passivo e do patrimônio líquido com base nos termos contratuais. Na emissão das ações preferenciais conversíveis, o valor justo do componente do passivo é determinado utilizando uma taxa de mercado para um título de dívida não conversível equivalente, sendo esse valor classificado como um passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (líquido dos custos da transação) até ser eliminado na conversão ou no resgate. O restante dos valores é alocado à opção de conversão reconhecida e incluído no patrimônio líquido, líquido dos custos da transação. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes. Os custos de transação são alocados aos componentes do passivo e do patrimônio líquido das ações preferenciais conversíveis com base na alocação dos valores aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial dos instrumentos.

2.22. Questões climáticas

O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas.

O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.22. Questões climáticas -- Continuação

Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- **Vida útil de propriedade, planta e equipamento:** Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, o Grupo considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda pelos produtos do Grupo. Mesmo que o Grupo tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa chave para o teste de goodwill de 2025, o Grupo considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por bens vendidos pela unidade geradora de caixa de equipamentos de prevenção de incêndio do Grupo e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso;
- **Mensuração do valor justo:** Para propriedades de investimento e propriedades, o Grupo considera o efeito dos riscos físicos e de transição e se os investidores considerariam esses riscos em sua avaliação. O Grupo acredita que atualmente não está exposto a riscos físicos graves, mas acredita que os investidores, até certo ponto, considerariam os impactos dos riscos de transição em sua avaliação, como o aumento nos requisitos de eficiência energética de edifícios devido a legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas, bem como a crescente demanda dos inquilinos por edifícios com baixas emissões.

2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 -- Continuação

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia avaliou e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia avaliou e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes:

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes -- Continuação

- A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado.
- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congeraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

A Companhia avaliou e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes -- Continuação

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Apesar dos instrumentos patrimoniais do Grupo não serem negociados publicamente, a Companhia é controladora do grupo, portanto não é elegível para aplicação do IFRS 19.

A Companhia avaliou e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes -- Continuação

- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

A Companhia avaliou e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11--Continuação

(equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

A Companhia avaliou e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais -- Continuação

2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes -- Continuação

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade--Continuação

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia avaliou e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de Caixa e equivalentes de caixa inclui o saldo de caixa em poder do grupo e saldos em bancos. O saldo desta rubrica no fim do exercício está abaixo demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	99	87
Bancos	5	2	7.576	10.076
Aplicações financeiras	-	-	4.982	8.754
Total caixa e equivalentes de caixa	5	2	12.657	18.917

As aplicações financeiras são compostas por caixa e depósitos bancários de curto prazo com vencimento original de até três meses. O valor contábil desses ativos não difere do seu valor justo. Atualmente, essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações foram remuneradas em média de 80% (80% da CDI em 2024).

4. Contas a receber (consolidado)

O contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por vencimento, sendo considerada suficiente pelo grupo para cobrir eventuais perdas.

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes faturados	70.252	66.220
Clientes a faturar	11.036	10.241
Subtotal	81.288	76.461
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(7.910)	(7.785)
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa – a faturar	(1.708)	(2.121)
(-) Perda estimada em glosas	(20.458)	(14.889)
Total contas a receber	51.212	51.666

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Contas a receber (consolidado)--Continuação

A composição dos valores a receber dos clientes faturados por idade de vencimento é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A faturar	11.036	10.241
A vencer	26.550	31.506
Vencidos:		
Até 90 dias	3.647	4.881
Entre 91 e 120 dias	639	951
Entre 121 e 180 dias	881	964
Entre 181 e 360 dias	1.766	2.066
Acima de 361 dias	7.523	5.783
Glosas	29.246	20.069
Total	<u>81.288</u>	<u>76.461</u>

Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa e glosas

Devido à diversidade de planos de saúde atuantes no mercado, pulverização da carteira de clientes e diferentes níveis de coberturas de exames entre os planos, as empresas operacionais do grupo estão sujeitas a eventuais glosas e perdas do saldo de contas a receber. As controladas da Companhia constituem provisão para glosas, registradas no momento do reconhecimento da receita, considerando o histórico de glosas efetuadas pelos planos de saúde.

A seguir a movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa e perda estimada em glosas:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(15.921)</u>
Adições de provisão	(55)
Adições de provisão a faturar	(9.522)
Baixa por perda efetiva	703
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(24.795)</u>
Adições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.583)
Adições de provisão a faturar	413
Adições de provisão de glosa	(8.997)
Baixas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.458
Baixas de provisão de glosas	3.428
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(30.076)</u>

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Contas a receber (consolidado)- - Continuação

Concentração de clientes

Os cinco principais clientes (planos de saúde) do Grupo representam aproximadamente 29% do contas a receber do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, (34% do contas a receber em 2024) sendo eles Bradesco, IRH, Amil, Sul América e INAS.

5. Estoque (consolidado)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lentes intraoculares	1.684	1.546
Lentes de contato	228	283
Material hospitalar	2.518	2.311
Medicamentos	1.695	1.119
Outros estoques	381	352
Total estoques	<u>6.506</u>	<u>5.611</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS a recuperar	-	-	224	-
COFINS a recuperar	-	-	1.038	-
IRPJ a recuperar	-	-	4.281	3.855
CSLL a recuperar	-	-	2.046	1.437
IRRF a recuperar	-	-	2.065	442
IRRF sobre aplicações financeiras a recuperar	41	41	120	55
ISS a recuperar	-	-	14	3
Outros tributos a recuperar	7	7	43	15
INSS a Recuperar	-	-	577	577
Total impostos a recuperar	<u>48</u>	<u>48</u>	<u>10.408</u>	<u>6.384</u>

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos (consolidado)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CSLL diferido ativo (i)	182	1.162
IRPJ diferido ativo (i)	367	3.227
CSLL – diferido prejuízo fiscal	1.233	1.259
IRPJ – diferido prejuízo fiscal	3.408	3.498
Total impostos diferidos	5.190	9.146
CSLL diferido passivo (i)	(521)	-
IRPJ diferido passivo (i)	(1.429)	-
Total impostos diferidos passivos	(1.950)	-

(i) – A movimentação do diferido nesta nota está apresentada pelo líquido registrado nas empresas do grupo.

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos (consolidado)

Composição dos impostos diferidos (consolidado)

	Ativo		Diferenças temporárias ativas		Diferenças temporárias passivas	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo fiscal	4.641	4.757	-	-	-	-
Provisões						
PDD	-	-	1.579	1.458	-	-
PDD a faturar	-	-	2.360	1.093	-	-
PDD HM a faturar	-	-	(1.342)	(1.216)	-	-
Glosa	-	-	1.893	2.649	-	-
PLR	-	-	1.169	-	-	-
Provisões de HM a faturar	-	-	(601)	4.091	-	-
Outras provisões	-	-	(2.322)	463	-	-
IFRS 16	-	-	2.756	8.760	(3.103)	(8.184)
Ágio	-	-	331	2.382	-	-
Ágio – Amortização	-	-	-	-	(18)	(1.591)
Receitas - evento temporal	-	-	-	-	(4.103)	(5.516)
Efeito líquido impostos diferidos	4.641	4.757	5.823	19.680	(7.224)	(15.291)
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>				
Total Ativo	5.190	9.146				
Total Passivo	(1.950)	-				
Total Líquido	3.240	9.146				

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

7. Impostos a recuperar--Continuação

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável que representam um direito sem prazo para prescrição, nos termos da legislação vigente. Após a análise do planejamento estratégico de reestruturação societária e resultados tributários futuros, a Companhia baixou os valores de diferido referente as empresas que não apresentaram projeção de lucro tributário nos próximos 3 (três anos), os saldos mantidos no ativo referem-se as empresas que suportam a realização dos referidos tributos até final do exercício de 2027. Para fins de divulgação na demonstração financeira, a Companhia possui R\$ 10.499, de saldo de prejuízo fiscal, não registrado em seu balanço, devido a não expectativa de realização.

8. Garantia de reembolso de contingências (consolidado)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Conta garantida	4.465	4.837
Depósito judicial	370	257
	<u>4.835</u>	<u>5.094</u>

Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimentos entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia e suas controladas relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes das datas de aquisições das controladas.

a. Movimentação da garantia de reembolso de contingência está assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>4.830</u>
Reconhecimento de depósitos judiciais	432
Baixa de depósitos judiciais	(644)
Baixa contingências não materializadas (nota explicativa nº 18)	(34)
Reconhecimento de garantia (nota explicativa nº 18)	510
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>5.094</u>
Reconhecimento de depósitos judiciais	1.584
Baixa de depósitos judiciais	26
Baixa contingências não materializadas (nota explicativa nº 18)	(1.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>4.835</u>

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas

	31/12/2025				
	Custo Consolidado	Ativo circulante		Passivo circulante	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Operações Financeiras - Notas de Débito:					
M. Taveira dos Santos Ltda	-	-	66	2	2
Clínicas do Brasil Holding S.A	-	-	-	-	380
Otorrino do Brasil S.A	-	-	-	-	2
Oftalmax Hospital de Olhos Ltda	-	-	2	-	72
Opty Rio Holding S.A	-	-	-	-	15
Otorrino Center Ltda	-	-	326	-	-
Saude Latam Holding S.A.	-	-	-	-	4
Duque e Portela Servicos Medicos Ltda	-	-	-	-	234
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda.	-	161	-	-	-
Inob Instituto de Olhos e Microcirurgia de Brasília Ltda.	-	-	-	-	15
Instituto de Olhos Ltda.	-	36	-	-	-
Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem Ltda.	-	-	-	-	269
HOBrazil Hospitais Oftalmológicos do Brasil	-	-	111	-	21.970
Serviços médicos (a)					
Hospital de Olhos Santa Luzia Ltda	3.716	-	-	-	837
Instituto de Olhos Ltda	3.096	-	-	-	701
Clinica de Oftalmodiagnostico Ltda	1.156	-	-	-	230
Oftalmoclin Hospital de Olhos Ltda	1.105	-	-	-	232
Clinica Oftalmologica de Villas Ltda	683	-	-	-	53
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda	459	-	-	-	77
Outras partes Relacionadas:					
Elfa Medicamentos S.A.	-	-	-	-	13
Total em 31 de dezembro de 2025	10.215	197	505	2	25.106

(a) Valor referente a pagamentos de honorários médicos, para sócios das respectivas empresas destacadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas--Continuação

	31/12/2025				
	Custo	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Operações Financeiras - Conta Corrente:					
CDOO – Serviços Médicos Ltda.	-	-	-	-	21
M. Taveira dos Santos Ltda	-	-	4.030	-	-
Clínicas do Brasil Holding S.A	-	-	190	-	-
Centro de Microcirurgia e Diagnostico Ltda	-	-	14.908	-	150
Contact Gel Ltda.	-	-	-	3.534	3.534
Clínica e Cirurgia de Olhos Dr. Armando Augusto Guedes Ltda	-	-	978	740	740
Clinica de Oftalmologia de Osasco Ltda	-	-	-	-	170
Otorrino do Brasil S.A	-	-	445	-	-
Urologia do Brasil S.A	-	-	-	37	37
Clínica de Olhos de Caruaru.	-	-	30	-	-
Jardim de Alah Centro Cirúrgico Ltda	-	-	4	165	165
Oftalmax Hospital de Olhos Ltda	-	-	3.538	-	8
Ortocity - Servicos Medicos Ltda	-	-	-	-	510
Otorrino Center Ltda	-	-	8	-	-
Saude Latam Holding S.A.	-	-	80.466	27	4.534
SEOPE - Serviço Oftalmológico de Pernambuco LTDA	-	-	648	850	850
Unidade Paulista de Medicina Ltda	-	-	102	-	-
Duque e Portela Servicos Medicos Ltda	-	-	-	-	152
HCLOE Hospital de Olhos Ltda	-	-	436	-	-
Clínica Sul de Oftalmologia Ltda.	-	-	-	180	180
Hospital de Olhos Santa Luzia S/S Ltda.	-	-	-	35	-
INBOL - Instituto Brasileiro de Olhos Ltda	-	-	676	1.285	1.502
Inob Instituto de Olhos e Microcirurgia de Brasília Ltda.	-	-	-	582	594
Instituto de Olhos Ltda.	-	2	-	3.310	-
Clínica Oftalmológica de Villas Ltda.	-	1.355	-	-	-
ISOB - Instituto de Saúde de Olhos Brasília Ltda	-	-	-	655	7.152
Yoshii e Toscano Oftalmologistas Associados Ltda	-	-	-	85	86
Centro Oftalmológico Jaraguá do Sul Ltda	-	-	-	170	174
Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem Ltda.	-	-	-	10.897	10.897
Clínica São Camilo	-	-	-	-	490
Visclin Oftalmologia Ltda	-	-	-	1.467	1.467
HOBrasil Hospitais Oftalmológicos do Brasil	-	-	12.862	73	947
Outras partes Relacionadas:					
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda.	-	-	3.835	-	-
Oftalmoclin Hospital de Olhos Ltda	-	-	753	-	-
Total em 31 de dezembro de 2025	-	1.357	123.909	24.092	34.360

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas--Continuação

	31/12/2024				
	Custo Consolidado	Ativo circulante		Passivo circulante	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Operações Financeiras - Notas de Débito:					
M. Taveira dos Santos Ltda	-	-	-	2	2
Clínicas do Brasil Holding S.A	-	-	-	-	380
Otorrino do Brasil S.A	-	-	-	-	2
Opty Rio Holding S.A	-	-	-	-	15
Otorrino Center Ltda	-	-	214	-	-
Saude Latam Holding S.A.	-	-	-	-	4
Duque e Portela Servicos Medicos Ltda	-	-	-	-	234
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda.	-	161	-	-	-
Inob Instituto de Olhos e Microcirurgia de Brasília Ltda.	-	-	-	-	15
Instituto de Olhos Ltda.	-	36	-	-	-
Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem Ltda.	-	-	-	-	269
HOBrazil Hospitais Oftalmológicos do Brasil	-	-	111	-	8.823
Serviços médicos:					
Hospital de Olhos Santa Luzia Ltda	3.041	-	-	-	612
Instituto de Olhos Ltda	4.090	-	-	-	1.236
Clinica de Oftalmodiagnostico Ltda	1.204	-	-	-	146
Oftalmoclin Hospital de Olhos Ltda	879	-	-	-	142
Clinica Oftalmologica de Villas Ltda	715	-	-	-	101
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda	450	-	-	-	109
Total em 31 de dezembro de 2024	10.379	197	325	2	14.436

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas--Continuação

	31/12/2024					
	Custo		Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
Operações Financeiras - Conta Corrente:						
Clínicas do Brasil Holding S.A.	-	-	-	32.941	32.941	
Centro de Microcirurgia e Diagnostico Ltda	-	-	15.955	-	-	
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda.	-	6.652	-	-	-	
Clínica e Cirurgia de Olhos Dr. Armando Augusto Guedes Ltda	-	-	-	-	190	
HOBrazil Hospitais Oftalmológicos do Brasil	-	-	21.580	-	-	
HCLOE Hospital de Olhos Ltda.	-	-	2.480	-	-	
INOB - Instituto de Olhos e Microcirurgia de Brasilia Ltda	-	-	-	-	500	
Oftalmax Hospital de Olhos S.A.	-	-	-	-	547	
Saude Latam Holding S.A. (a)	-	-	80.000	-	-	
Instituto de Olhos Ltda	-	-	-	1.470	-	
Clínica Oftalmológica de Villas Ltda	-	1.359	-	-	-	
Opty Norte Holding S.A.	-	-	300	-	-	
Otorrino do Brasil S.A.	-	-	430	-	-	
Jardim de Alah Centro Cirúrgico Ltda	-	-	-	-	140	
Clínica de Oftalmologia de Osasco Ltda	-	-	461	-	-	
Otorrino Center Ltda	-	-	396	-	-	
Ortocity – Serviços Médicos S.A.	-	-	101	-	-	
SEOPE – Serviço Oftalmológico de Pernambuco Ltda	-	-	-	-	25	
INBOL – Instituto Brasiliense de Olhos Ltda	-	-	-	-	322	
ISOB – Instituto de Saúde de Olhos Brasília Ltda	-	-	-	-	196	
Clínica de Olhos Caruaru Ltda	-	-	1.254	-	-	
Outras partes Relacionadas:						
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda	-	-	3.835	-	-	
Oftalmoclin Hospital de Olhos Ltda	-	-	754	-	-	
Total em 31 de dezembro de 2024	-	8.011	127.546	34.411	34.861	

- (a) Valor referente emissão de Nota Comercial entre partes relacionadas. O valor total de 80 milhões deve ser pago pela Saúde Latam para a controlada Instituto de Olhos Ltda. A administração avaliou e classificou essa transação como atividade de investimento nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

10. Investimentos

	31/12/2025			31/12/2024		
	Capital investido	Ágio	Total Investimento	Capital investido	Ágio	Total Investimento
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda.	18.554	-	18.554	21.671	-	21.671
Instituto de Olhos Ltda.	31.786	13.547	45.333	60.740	13.547	74.287
Clínica Oftalmológica de Villas Ltda.	932	755	1.687	451	755	1.206
Clínica de Oftalmodiagnóstico Ltda	3.484	16.318	19.802	2.683	16.318	19.001
	54.756	30.620	85.376	85.545	30.620	116.165

a. Informações sobre as controladas da Companhia

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possuía as participações societárias em controladas diretas e indiretas (“holdings” e em operação) relacionadas na Nota Explicativa nº 2.3.1.

Informações financeiras das controladas diretas em 31 de dezembro de 2025

As informações financeiras consolidadas resumidas relativas as controladas nas quais a Companhia possui participação direta são as seguintes:

	Dayhorc	IOF	IOV	Oftalmodiagnose
Ativo				
Circulante	18.218	35.907	3.217	13.651
Não Circulante	43.830	190.868	817	8.944
Passivo				
Circulante	19.957	117.652	939	7.965
Não Circulante	23.537	77.337	1.639	6.712
Patrimônio Líquido	18.554	31.786	1.456	7.918
Demonstração do Resultado				
Receita Líquida	51.930	87.061	3.766	27.775
Custos	(36.772)	(50.946)	(1.799)	(18.226)
Despesas	(15.277)	(18.364)	(969)	(6.328)
Equivalência Patrimonial	-	(1.494)	-	-
Resultado Financeiro	(1.468)	(36.277)	103	(662)
Impostos sobre o Lucro	(1.530)	(2.364)	(351)	(737)
Resultado do Exercício	(3.117)	(22.384)	750	1.822
Capital social				
Quantidade de ações/quotas pertencentes à Companhia	30.634.097	32.507.948	48.000	439.998
Percentual de participação	100,00%	100,00%	64,00%	44,00%

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

a. Informações sobre as controladas da Companhia--Continuação

Informações financeiras das controladas diretas em 31 de dezembro de 2024

As informações financeiras consolidadas resumidas relativas as controladas nas quais a Companhia possui participação direta são as seguintes:

	Dayhorc	IOF	IOV	Oftalmodiagnose
Ativo				
Circulante	16.743	56.608	2.449	13.938
Não Circulante	42.841	124.292	1.003	7.118
Passivo				
Circulante	14.720	79.143	935	5.890
Não Circulante	23.193	41.016	1.813	9.069
Patrimônio Líquido	21.671	60.741	704	6.097
Demonstração do Resultado				
Receita Líquida	50.185	80.909	3.471	27.638
Custos	(36.003)	(55.508)	(1.776)	(18.962)
Despesas	(13.561)	(8.782)	(956)	(5.753)
Equivalência Patrimonial	-	(341)	-	-
Resultado Financeiro	(1.801)	(16.681)	38	(264)
Impostos sobre o Lucro	4.273	(1.395)	(284)	(60)
Resultado do Exercício	3.093	(1.798)	493	2.599
Capital social				
Quantidade de ações/quotas pertencentes à Companhia	30.634.097	32.507.948	48.000	439.998
Percentual de participação	100,00%	100,00%	64,00%	44,00%

b. Movimentação do investimento

	Dayhorc	IOF	IOV	Oftalmodiagnose	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.230	75.154	883	19.662	120.929
Aumento de capital em controladas	(6.652)	-	-	-	(6.652)
Transação de capital (a)	-	931	8	(1.804)	(865)
Resultado de equivalência patrimonial	3.093	(1.798)	315	1.143	2.753
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.671	74.287	1.206	19.001	116.165
Distribuição antecipada de dividendos	-	(3.900)	-	-	(3.900)
Transação de capital (a)	-	(2.671)	-	-	(2.671)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.117)	(22.383)	481	801	(24.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.554	45.333	1.687	19.802	85.376

(a) Refere-se ao reconhecimento dos efeitos decorrentes de ganhos ou perdas gerados por meio de aportes que geram aumento ou redução da participação sobre os investimentos diretos ou indiretos. Tais transações não geraram perda de controle da controlada pela controladora, sendo assim, conforme CPC 36 foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como transação de capital.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado (consolidado)

				<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
	Taxa média anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	20%	52.951	(36.838)	16.113	16.257
Instalações e benfeitorias	4%	17.953	(11.104)	6.849	7.026
Móveis e utensílios	10%	4.505	(2.736)	1.769	1.559
Equipamentos de informática	20%	3.664	(3.251)	413	820
Veículos	20%	1.736	(1.706)	30	41
Imobilizado em andamento		88	-	88	200
Outros	10%	250	-	250	162
Total imobilizado		81.147	(55.635)	25.512	26.065

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado (consolidado) – Continuação

	Máquinas e equipamentos	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Médias ponderadas das taxas de depreciação	20%	4%	10%	20%	20%	-	10%	
Em 31 de dezembro de 2023								
Valor contábil líquido	18.148	7.357	1.507	1.258	52	1.742	187	30.251
Adições	740	579	331	14	-	157	2	1823
Transferências	-	1.118	-	-	-	(1118)	-	-
Reclassificação	(18)	725	(2)	1	-	(581)	2	127
Depreciação	(2.613)	(2.753)	(277)	(453)	(11)	-	(29)	(6.136)
Saldo Final	(1.891)	(331)	52	(438)	(11)	(1.542)	(25)	(4.186)
Em 31 de dezembro de 2024								
Valor contábil líquido	16.257	7.026	1.559	820	41	200	162	26.065
Adições	2.349	1.176	608	155	-	76	3	4.367
Baixas	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Transferências	-	188	-	-	-	(188)	-	-
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	97	97
Depreciação	(2.493)	(1.541)	(398)	(560)	(11)	-	(12)	(5.015)
Saldo Final	(144)	(177)	210	(407)	(11)	(112)	88	(553)
Em 31 de dezembro de 2025								
Valor contábil líquido	16.113	6.849	1.769	413	30	88	250	25.512

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou testes de “*impairment*” e concluiu que não há indicações, internas e externas, de que os ativos possam ter sofrido desvalorização, uma vez que não foram identificados fatores indicativos de perdas. A Companhia e suas controladas também não identificaram alteração na vida útil dos bens do seu ativo imobilizado.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Intangível (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ágio	72.666	72.666
Marca	5.142	5.210
Não competição ("non-compet")	7.515	8.081
Outros	88	204
Total intangível	85.411	86.161

a. Movimentação do intangível (Consolidado)

	Ágio	Marca	Non Compete	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Valor contábil líquido	72.666	5.366	8.647	564	87.243
Baixas	-	-	-	(2)	(2)
Reclassificação	-	-	-	(127)	(127)
Amortização	-	(156)	(566)	(231)	(953)
Em 31 de dezembro de 2024					
Valor contábil líquido	72.666	5.210	8.081	204	86.161
Adições	-	-	-	61	61
Reclassificação	-	-	-	(96)	(96)
Amortização	-	(68)	(566)	(81)	(715)
Em 31 de dezembro de 2025					
Valor contábil líquido	72.666	5.142	7.515	88	85.411

b. Teste de "impairment"

Em 31 de dezembro de 2025, os ágios, marcas e "non-compet" foram submetidos ao teste de redução do valor recuperável ("*impairment*") e não foi identificada necessidade de ajustes aos seus valores.

O teste de "*impairment*" foi realizado de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor Recuperável de Ativos e os valores de ágio por expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") foram alocados por unidade, assim como os ativos intangíveis com vida útil indefinida também foram divulgados por unidade.

A metodologia utilizada para os cálculos de "*impairment*" foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamento dos próximos 5 anos futuros disponibilizados pela Administração da Companhia.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Intangível (Consolidado)--Continuação

b. Teste de “impairment”--Continuação

A Companhia determina o valor recuperável de uma UGC com base em cálculos do valor em uso. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio e outros ativos de vida útil indefinida foram alocados para as unidades geradoras de caixa (UGC) da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
UGCs		
Bahia	72.666	72.666
Total ágio	72.666	72.666

Os fluxos de caixa anuais projetados são descontados pelo custo médio ponderado do capital - em inglês, Weighted Average Cost of Capital (WACC) de 11,7% em dezembro de 2025 (12,1 % em dezembro de 2024) que já incorpora os impactos do endividamento projetado nos impostos sobre a renda ao considerar o custo de dívida após os impostos no seu cálculo. Posteriormente, os fluxos de caixa descontados são somados para obter-se o valor do negócio.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresa de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada em cada equipamento. Essas premissas de crescimento de receita foram projetadas para os próximos anos embasadas por iniciativas presentes nos planos de negócios.

A Companhia entende que mesmo suas controladas estando inseridas no mesmo segmento de negócios, as empresas podem apresentar performances diferentes devido às suas características individuais, tais como: ambiente competitivo, participação de mercado, “mix” de procedimentos executados, oferta de profissionais em cada região e diferenças em outros aspectos de custos gerais.

13. Arrendamentos CPC 06 (R2)

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

13. Arrendamentos CPC 06 (R2)--Continuação

A seguir demonstramos as variações no ativo, passivo e resultado:

a) Direito de uso

Os saldos de direito de uso de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão representados por aluguéis e demonstraram a seguinte movimentação:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.932
Adição	248
Baixas	-
Amortização	(5.651)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.529
Adição	5.390
Baixas	(76)
Amortização	(6.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.795

b) Arrendamentos a pagar

Os saldos de arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão representados por aluguéis e demonstrados da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.456
Adição	248
Aluguel a pagar	512
Baixa	-
Amortização	(5.651)
Encargos financeiros incorridos	2.912
Encargos financeiros pagos	(2.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.680
Adição	5.390
Aluguel a pagar	85
Baixa	(76)
Amortização	(7.067)
Encargos financeiros incorridos	2.059
Encargos financeiros pagos	(2.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	17.012
Circulante	7.806
Não circulante	9.206

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

13. Arrendamentos CPC 06 (R2)--Continuação

b) Arrendamentos a pagar--Continuação

Os saldos têm vencimento conforme segue:

	<u>Consolidado</u>
2026	7.806
2027	4.143
2028	3.222
A partir de 2029	1.841
	<u>17.012</u>

Os contratos de aluguéis possuem prazos de 3 a 20 anos de duração, podendo ou não serem renovados pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração considerou uma taxa única de 15,8% para todos os contratos decorrentes da similaridade da carteira de ativos.

14. Fornecedores (consolidado)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores diversos	13.717	11.852
Fornecedores de serviços médicos	13.373	13.907
Total fornecedores	<u>27.090</u>	<u>25.759</u>
Circulante	25.865	24.089
Não circulante	1.225	1.670

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem as seguintes características abaixo:

- Contas a pagar a fornecedores não incidem juros e são geralmente liquidadas em prazos de 60 dias;
- Para os fornecedores de serviço médico, são iniciadas premissas de provisão de honorários médicos, via produção e recebimento. Após a validação dos saldos, são encaminhados para emissão dos pagamentos via NF, emitidas pelos médicos.

Em ambos os períodos, a Companhia não possuía operações de risco sacado.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos (consolidado)

Empresa	Instituição Financeira	Linha de Crédito	Encargos (a.a.)	Saldo 31/12/2024	Adição	Amortização	Juros Provisionados	Juros Pagos	Varição Cambial	Saldo 31/12/2025
IOF	BTG	NC (Nota Comercial)	-	50.105	-	(12.500)	8.186	(8.466)	-	37.325
IOF	Banco do Brasil	CCB (Capital de Giro)	-	23.268	-	(5.367)	3.559	(3.807)	-	17.653
IOF	Daycoval	CCB (Capital de Giro)	-	2.707	-	(982)	459	(541)	-	1.643
IOF	Daycoval	CCB (Capital de Giro)	-	2.865	-	(1.184)	415	(415)	-	1.681
IOF	Daycoval	NC (Nota de comercial)	-	-	10.440	-	380	(757)	-	10.063
Oftalmodiagnose	BNB / Sicredi	CCB (Capital de Giro)	-	58	-	(31)	2	(27)	-	2
Outras empresas	Creditas	Crédito Consignado	-	44	49	(93)	-	-	-	-
Moeda Nacional			CDI + 4,1 % a.a.	79.047	10.489	(20.157)	13.001	(14.012)	-	68.367
IOF	Santander	Lei 4.131	-	88.036	-	(83.167)	620	(1.606)	(3.883)	-
IOF	Santander	Lei 4.131	-	-	73.000	-	4.503	(3.502)	(5.080)	68.921
Moeda Estrangeira			CDI + 4,1 % a.a	88.036	73.000	(83.167)	5.123	(5.108)	(8.963)	68.921
Total de empréstimos e financiamentos				167.083	83.489	(103.324)	18.124	(19.120)	(8.963)	137.289
Circulante				55.707						83.510
Não circulante				111.376						53.779

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos (consolidado) - Continuação

a. Característica dos empréstimos

Em 2025 foram contratadas operações de crédito nas modalidades CCB, 4.131 e Nota Comercial para refinanciamento das dívidas e investimento em Capex.

As operações de CCB, NC e 4131 foram contratadas em moedas BRL ou USD com swap, mantendo a exposição a moedas exclusivamente a moeda nacional.

O custo médio ponderado da dívida em 31/12/2025 foi de CDI + 4,10% a.ae possuem vencimento entre 1 e 5 anos.

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos cláusulas restritivas de covenants com os bancos Citibank, Banco do Brasil, Santander e BTG Pactual, bem como nas Debêntures e Notas Comerciais. De acordo com as cláusulas restritivas de covenants a Companhia obriga-se a observar anualmente, com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas os seguintes índices:

- O índice financeiro medido pela relação dívida líquida consolidada dividido por EBITDA proforma não poderá ser superior a 2,75x;
- Para o índice financeiro do Banco do Brasil, a medida pela relação dívida líquida consolidada dividido por EBITDA proforma não poderá ser superior a 3,5x;
- Para o contrato de Nota Comercial com o Banco BTG Pactual, o índice financeiro medido pela relação dívida líquida, dividido pelo EBITDA, descontando valores relativos à arrendamento mercantil IFRS 16 e despesas não recorrentes dos últimos 12 meses, não podendo ultrapassar a 4x.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia cumpre todas as obrigações (“covenants”) relacionadas a estes contratos.

b. Garantias

As operações não contam com garantias reais, somente garantia fidejussórias de empresas do grupo econômico.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos (consolidado) - Continuação

c. Movimentação dos empréstimos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>445</u>
Adição	159.002
Amortização de empréstimos e financiamentos	(8.803)
Encargos financeiros incorridos	10.203
Encargos financeiros pagos	(8.932)
Variação cambial	15.168
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>167.083</u>
Adição	83.489
Amortização de empréstimos e financiamentos	(103.324)
Encargos financeiros incorridos	18.124
Encargos financeiros pagos	(19.120)
Variação cambial	(8.963)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>137.289</u>

Os pagamentos dos empréstimos e financiamentos estão programados conforme a seguir:

	<u>Consolidado</u>
2026	83.510
2027	16.134
2028	13.445
A partir de 2029	24.200
Total	<u>137.289</u>

16. Obrigações sociais e trabalhistas (consolidado)

As contas a pagar por obrigações sociais e trabalhistas decorrem da política de remuneração aos colaboradores em cada uma das unidades da companhia, e, também da política de remuneração variável baseada nos resultados.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salário ou pró-labore	993	917
Encargos sociais	1.468	854
Benefícios diretos e indiretos	2.217	2.432
Participação nos resultados	457	-
Total	<u>5.135</u>	<u>4.203</u>

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

17. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS a pagar	-	-	224	84
COFINS a pagar	-	-	1.037	365
IRPJ a pagar	-	-	-	282
CSLL a pagar	-	-	-	217
ISS a pagar	-	-	918	483
IOF a pagar (i)	13	19	232	810
Provisão de outros impostos a pagar	-	-	1.038	888
Parcelamentos federais (a)	214	304	3.249	1.686
Outros tributos a pagar	6	5	851	535
Total circulante	233	328	7.549	5.350
Parcelamentos federais LP (a)	27	-	10.791	946
Total não circulante	27	-	10.791	946
Total obrigações tributárias	260	328	18.340	6.296

(i) Em 2024, a Companhia fez a adesão do programa de autorregularização para pagamento do IOF com a utilização de prejuízo fiscal e compensação de 50% do saldo devedor.

a. Parcelamentos tributários

As investidas da Companhia realizaram parcelamentos de dívidas tributárias federais, para os quais não há garantias constituídas e cujos saldos apresentados acima incluem multa, juros e encargos. Os pagamentos estão programados conforme apresentado abaixo.

Os vencimentos dos parcelamentos federais de longo prazo classificados no passivo não circulante são os seguintes:

Imposto	2026	2027	2028	2029 em diante
INSS	495	464	462	760
IRPJ	203	187	187	299
CSLL	125	119	119	185
PIS	155	155	155	274
COFINS	739	704	704	1.253
CSRF	438	438	438	791
IRRF	202	202	202	365
Outros/Simplificado	521	521	521	866
Autorregularização IOF	372	359	60	-
Total	3.250	3.149	2.848	4.793

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

18. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (consolidado)

a. Julgamento temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal:

Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. A Companhia avaliou a decisão do STF e não identificou qualquer impacto tributário sobre suas operações.

A provisão constituída para demandas judiciais e administrativas que são compostas por demandas trabalhistas, previdenciárias, fiscais e cíveis é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhista e previdenciário	352	394
Fiscal	1.623	2.257
Cível	1.734	2.193
Total provisões para demandas judiciais e administrativas	<u>3.709</u>	<u>4.844</u>

a. Movimentação das contingências está assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>4.724</u>
Reconhecimento de garantia (nota explicativa nº 8)	510
Baixa contingências não materializadas (nota explicativa nº 8)	(34)
Provisões	(356)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>4.844</u>
Provisões	802
Baixas de contingências	(1.937)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>3.709</u>

As principais causas envolvendo a Companhia e suas controladas estão listadas abaixo, as demais estão pulverizadas:

b. Riscos trabalhistas e previdenciários

Referem-se a provisões trabalhistas e previdenciárias constituídas pelas controladas indiretas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, riscos relativos à interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício, decorrente de relações trabalhistas na contratação de serviços médicos terceirizados, e a consequente obrigação do recolhimento da respectiva contribuição previdenciária patronal.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

18. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (consolidado) --Continuação

Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R\$ 352 nas demonstrações financeiras consolidadas. Parte desse montante é coberto pelas garantias de reembolso de contingências (ver Nota Explicativa nº 8). O montante das causas classificadas pelos assessores jurídicos como possíveis de perda, semelhantes às descritas acima, porém sem provisão, monta a R\$ 1.326 em 2025 (R\$ 202 em 2024).

c. Riscos fiscais

Referem-se a provisões constituídas pelas controladas indiretas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, riscos que envolvem causas tributárias, principalmente a cobrança de ISS. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R\$ 1.623 nas demonstrações financeiras consolidadas. Parte desse montante é coberto pelas garantias de reembolso de contingências (ver Nota Explicativa nº 8). O montante de causas passivas relativas a pleitos semelhantes aos descritos acima, e que foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda, porém sem provisão monta a R\$ 2.393 em 2025 (R\$ 1.620 em 2024).

Adicionalmente em 2024, foi julgado os Recursos Especiais nº 1.898.532/CE e 1.905.870/PR referente ao Limitador na Base de Cálculo das Contribuições destinadas a Terceiras Entidades ou Fundos (Sistema S), afetados pela sistemática dos Recursos Repetitivos ("Tema nº 1.079") pelo Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). O montante estimado de perda possível envolvido atualizado até a data da emissão da demonstração financeira é de aproximadamente R\$ 2.996. A companhia segue acompanhando a evolução do processo e adotará as medidas cabíveis para mitigar riscos e garantir a defesa de seus interesses. Caso haja mudança na classificação da contingência ou novos desdobramentos relevantes, esses serão devidamente refletidos nas demonstrações financeiras futuras.

d. Riscos cíveis

Referem-se a provisões constituídas pelas controladas indiretas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, riscos relacionados a danos morais e materiais. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R\$ 1.734 nas demonstrações financeiras consolidadas. Parte desse montante é coberto pelas garantias de reembolso de contingências (ver Nota Explicativa nº 8).

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

18. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (consolidado) --Continuação

O montante de causas passivas relativas a pleitos semelhantes aos descritos acima, e que foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda, porém sem provisão monta a R\$ 37.347 em 2024 (R\$ 28.919 em 2024).

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado é de R\$ 55.751 (R\$ 55.751 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 268.782.241 (268.782.241 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia é controlada pelo HOBrasil Hospitais Oftalmológicos do Brasil e Clínicas do Brasil Holding S.A, que juntas detém 76% das ações.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ações ordinárias	<u>268.782.241</u>	<u>268.782.241</u>
	<u>268.782.241</u>	<u>268.782.241</u>

b. Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
	<u>Básico</u>	<u>Básico</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(26.115)</u>	10.599
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	<u>268.782</u>	268.782
Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(0,09716)</u>	0,03943

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido -- Continuação

c. Dividendos

Para o ano de 2025, não foram distribuídos dividendos mínimos obrigatórios, devido ao prejuízo acumulado.

20. Receita líquida (consolidado)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de serviços	240.384	229.866
Deduções		
(-) Impostos sobre a receita	(15.392)	(13.719)
(-) Abatimentos e deduções	(9.274)	(13.188)
Receita líquida de serviços	<u>215.718</u>	<u>202.959</u>

21. Custos e despesas por natureza

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1), a seguir está apresentado o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Honorários médicos	-	-	(66.392)	(68.856)
Materiais e medicamentos	-	-	(32.218)	(28.522)
Depreciação e amortização	(432)	(441)	(11.777)	(12.740)
Pessoal	-	-	(40.804)	(38.444)
Manutenção	-	-	(4.322)	(3.989)
Serviços de terceiros	(59)	(368)	(9.377)	(8.711)
Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(1.170)	1.921
Seguros	-	-	(55)	(64)
Taxas e tributos	(26)	(6)	(335)	(210)
Aluguel e condomínio	-	-	(2.367)	(2.054)
Despesas com publicidade	-	-	(1.110)	(2.313)
Utilidades	-	-	(3.225)	(2.954)
Materiais administrativos	-	-	(1.557)	(1.750)
Despesas com viagem	-	-	(558)	(545)
Despesas corporativas	-	-	(14.460)	(14.460)
Outras receitas e despesas	-	-	(5.655)	(2.998)
Total de custos e despesas	(516)	(815)	(195.383)	(186.689)
Custo dos serviços prestados	-	-	(142.184)	(141.840)
Despesas gerais e administrativas	(516)	(815)	(50.920)	(44.457)
Despesas com vendas	-	-	(2.280)	(392)
Total	(516)	(815)	(195.383)	(186.689)

22. Outras receitas e despesas (Consolidado)

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cessão de crédito PF/BN	-	1.490
Receitas provenientes de aluguéis	107	28
Outras receitas e despesas	13	40
	120	1.558

23. Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	329	420
Juros ativos	-	-	1.018	714
Descontos obtidos	-	-	100	105
Total receitas financeiras	-	-	1.447	1.239
Juros de fornecedores	(14)	(60)	(1.224)	(233)
Juros sobre empréstimos, aquisições de empresas e parcelamentos	(6)	-	(21.339)	(10.374)
Tarifa de notas comerciais	-	-	-	(519)
Juros SELIC sobre IOF – Autorregularização	-	1.358	-	1.791
Juros IFRS 16	-	-	(2.059)	(2.912)
Tarifas bancárias	-	-	(1.483)	(1.240)
IOF sobre Autorregularização	-	6.100	-	6.131
IOF sobre resultado financeiro	(71)	(403)	(2.770)	(3.099)
Outras despesas financeiras	-	-	(37)	(595)
Total despesas financeiras	(91)	6.995	(28.912)	(11.050)
Variações cambiais líquidas	-	-	9.360	(15.147)
Resultado de derivativos	-	-	(21.677)	13.121
Ganhos ou perdas monetárias líquidas	-	-	(260)	(211)
Total variações cambiais e monetárias	-	-	(12.577)	(2.237)
Total resultado financeiro	(91)	6.995	(40.042)	(12.048)

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos são oriundos dos diferidos ativos e passivos baseados nas diferenças temporárias e base negativa do imposto de renda. A seguir a reconciliação da alíquota efetiva em 2025 e 2024:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(24.825)	(19.588)	9.309	5.780
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda	8.441	6.660	(3.165)	(1.965)
Adições:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(8.234)	-	936	-
Despesas não dedutíveis	-	(2.485)	-	(2.057)
Honorários Médicos	-	(944)	-	-
Outros	(1.437)	(2.193)	4.058	3.521
Efeito da tributação das investidas optantes pelo lucro presumido	-	-	-	(283)
Dedução de benefícios programa alimentação do trabalhador	-	-	-	77
(-) Efeito do prejuízo fiscal e da base negativa diferida não constituída	(60)	(7.295)	(539)	5.703
Total do imposto – corrente	-	(351)	-	(5.360)
Total do imposto – diferido	(1.290)	(5.906)	1.290	10.356
Alíquota efetiva	5%	32%	14%	86%

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado - taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, assim como monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. A Diretoria reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discutir sobre os riscos e as exposições.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos -- Continuação

b. Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que a Companhia e suas controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral do Grupo não sofreu alteração. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (fornecedores de longo prazo, empréstimos e financiamentos, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e nº 15, respectivamente), deduzido pelo caixa e saldos bancários e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participação de não controladores, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19). A Administração revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

c. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia mantém operações de SWAP vinculadas a seus empréstimos de 4131 em USD que tem por objetivo converter sinteticamente os empréstimos em moeda estrangeira em operações de BRL com custo de CDI adicionado de spread em taxa fixa.

Os saldos desses instrumentos em 31/12/2025 estão demonstrados abaixo:

Contratante	Contraparte	Tipo SWAP	Consolidado	
			Ativo	Passivo
IOF	Santander	Ativo: USD + Taxa pós Passivo: BRL + CDI + Taxa Pré	-	(6.476)
Instrumentos Derivativos Ativo			-	(6.476)

d. Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e/ou suas controladas a incorrerem em perdas financeiras. A Companhia e suas controladas adotaram a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos -- Continuação

d. Gestão do risco de crédito -- Continuação

A base de clientes das controladas apresentava certo grau de concentração em alguns principais clientes, conforme nota explicativa nº 4. Por meio de controles internos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para as perdas consideradas prováveis e adota o critério apresentado na nota explicativa nº 4. A exposição máxima do risco de crédito da Companhia e de suas controladas é representado pelos valores contábeis das contas a receber consolidados de R\$ 81.288.

A Companhia e suas controladas não detêm nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de créditos associados aos seus ativos financeiros. Visando minimizar o risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras de grande porte.

e. Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações:

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

e. Gestão do risco de liquidez--Continuação

Instrumentos a taxa de juros	31 de dezembro de 2025			
	Consolidado			
	Saldo 31/12/2025	De 1 a 3 meses	De 4 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos
Fornecedores	27.090	10.023	15.842	1.225
Empréstimos e financiamentos	137.289	16.475	67.035	53.779
Arrendamento mercantil	17.012	1.701	6.105	9.206
Instrumentos a taxa de juros	31 de dezembro de 2024			
	Consolidado			
	Saldo 31/12/2024	De 1 a 3 meses	De 4 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos
Fornecedores	28.105	16.629	9.806	1.670
Empréstimos e financiamentos	167.083	14.448	41.259	111.376
Arrendamento mercantil	18.680	1.633	4.898	12.149

f. Categoria dos instrumentos financeiros

A seguir a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	31/12/2025					
	Controladora			Consolidado		
	Valor Justo	Custo amortizado	Total	Valor Justo	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalente de caixa	5	-	5	12.657	-	12.657
Contas a receber	-	-	-	-	51.212	51.212
Partes relacionadas	-	197	197	-	505	505
Não Circulante						
Partes relacionadas	-	1.357	1.357	-	123.909	123.909
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	12	12	-	25.865	25.865
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	83.510	83.510
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	7.806	7.806
Partes relacionadas	-	2	2	-	25.106	25.106
Não Circulante						
Fornecedores	-	-	-	-	1.225	1.225
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	53.779	53.779
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	9.206	9.206
Partes relacionadas	-	24.092	24.092	-	34.360	34.360

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

f. Categoria dos instrumentos financeiros--Continuação

	31/12/2024					
	Controladora			Consolidado		
	Valor Justo	Custo amortizado	Total	Valor Justo	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros circulante						
Caixa e equivalente de caixa	2	-	2	18.917	-	18.917
Contas a receber	-	-	-	-	51.666	51.666
Partes relacionadas	-	197	197	-	325	325
Não Circulante						
Partes relacionadas	-	8.011	8.011	-	127.546	127.546
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	14.031	-	14.031
Passivos financeiros circulante						
Fornecedores	-	1	1	-	26.435	26.435
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	55.707	55.707
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	6.531	6.531
Partes relacionadas	-	2	2	-	12.090	12.090
Não Circulante						
Fornecedores	-	-	-	-	1.670	1.670
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	111.376	111.376
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	12.149	12.149
Partes relacionadas	-	34.411	34.411	-	34.861	34.861

g. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em virtude de esses instrumentos financeiros possuírem características similares às que seriam obtidas se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço patrimonial pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Fornecedores", "Empréstimos e Financiamentos", "Contas a pagar - aquisição de empresas", "Partes relacionadas" e "Adiantamento de clientes".

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

g. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na mensuração do valor justo em três grandes níveis, conforme exemplificado na NE 2.2.

Os valores justos de todos os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão classificados dentro da hierarquia do Nível 2, e não houve alteração de classificação de categoria no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

h. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de taxa de juros, uma vez que as mesmas possuem empréstimos com taxas de juros pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um “mix” apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. Adicionalmente, devido à saúde financeira da Companhia, a mesma não possui histórico de captações de empréstimos que não seja via combinação de negócios (os quais não são renovados após a quitação dos saldos).

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais flutuações na taxa de juros (CDI), sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelo impacto dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

CDI base de referência a.a.		15,00%	
Custo Médio Ponderado da Dívida indexada a CDI		11,96%	
Análise de sensibilidade	Aumento/Redução em pontos percentuais do CDI	Taxa de Juros ponderada dos Empréstimos indexados a CDI	Efeito no Resultado (anualizado) R\$ mil
	5%	12,56%	821
	-5%	11,36%	(821)
	10%	13,16%	1.642
	-10%	10,76%	(1.642)
	15%	13,75%	2.463
	-15%	10,17%	(2.463)

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

i. Gestão do risco de taxa de Câmbio

A Companhia e suas controladas possuem empréstimo em moeda estrangeira, porém todos estes empréstimos possuem uma operação de SWAP vinculado convertendo sinteticamente os empréstimos para BRL acrescidos de CDI mais spread em taxa fixa.

Desta forma é esperado que qualquer oscilação na taxa de câmbio USD/BRL não tenha efeito sobre o resultado da companhia.

Sensibilidade à taxa de Câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais flutuações na taxa de Câmbio (USD/BRL), sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada, e operações de SWAP a estas vinculadas. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos não é afetado analisando o registro pelo custo amortizado de tais instrumentos.

Tabela Empréstimos Exterior - Taxa ponderada - R\$ 5,2246

<u>Empresa</u>	<u>Bancos</u>	<u>Contrato</u>	<u>Ptax Contratada</u>	<u>Ptax Fechamento</u>	<u>BRL 31/dez</u>	<u>USD 31/dez</u>	<u>Derivativo BRL 31/dez</u>
IOF	Santander	106741	5,912	5,489	69.013	12.573	6.476

26. Cobertura de seguros

O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Patrimonial	193.000	386.000
Responsabilidade civil	62.000	50.000
	255.000	436.000

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

27. Transações que não afetam o caixa (consolidado)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Empresa realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Baixa de provisões judiciais, adm., trabalhistas	(1.869)	(678)
Arrendamentos	5.390	248
Transação de Capital	(2.671)	(865)

28. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2025, a Companhia realizou a rolagem de uma dívida bancária na modalidade 4131 com o Banco Santander, no montante de R\$ 80 milhões, por meio da emissão de uma FRN. A operação resultou no alongamento de R\$ 34 milhões, transferidos do curto para o longo prazo, a um custo de CDI +3,71% ao ano. Como efeito, houve a melhoria do capital circulante e o perfil de liquidez.